

Funcionário do Senado vai preso por sadismo

BRASÍLIA – O funcionário do Senado Murillo Eduardo Fernandes da Silva Porto, de 47 anos, e sua mulher, Ucinale de Paula Silva Porto, de 43 anos, foram presos ontem de manhã depois que a empregada Edilene Caveiro dos Santos, de 19 anos, denunciou que era obrigada por eles a participar de orgias sexuais, nas quais era submetida a sessões de sadismo. Um chicote, algemas de couro, correntes, coleiras, um revólver calibre 32, várias fotos da moça nua e objetos eróticos foram apreendidos na mansão do casal, no Lago Sul de Brasília, um dos bairros nobres da cidade.

“Ele me fazia engatinhar para poder comer e pegar um osso plástico com os dentes, como um cachorro”, contou a empregada, mostrando os machucados nas pernas, coxas e no peito provocados pelas surras. “Foram sete meses de inferno. Que-

ro voltar à minha vida normal, fora daqui”, desabafou ela, admitindo que nos dois primeiros meses manteve um romance com o assessor do Senado, mas depois passou a apanhar e ser ameaçada pelo casal.

Pudor – Murilo trabalha na divisão de apoio técnico da Comunicação Social do Senado. A delegada responsável pela Delegacia da Mulher, Débora Menezes, afirmou que Murillo e sua mulher devem ser indiciados por crime de atentado violento ao pudor, com pena que varia de seis a 10 anos de prisão, e também por porte ilegal de arma (havia um revólver calibre 32 em poder do casal), cuja punição é de ano a dois anos. “Já vi muita coisa chocante, mas reconheço que fiquei perplexa com a passividade da moça (a empregada)”, disse a delegada.

A empregada contou que, por sete meses, foi obrigada a man-

ter relações sexuais com o patrão na frente de sua mulher. Nessas sessões, o funcionário do Senado dava surras com um chicote durante mais de uma hora, seguidamente. “Eles (os patrões) gostavam de dizer que iriam me adestrar como se faz com um animal, para eu ser uma escrava branca”, completou ela.

Edilene Santos disse que demorou para denunciar os patrões porque era freqüentemente ameaçada de morte por eles. Também se queixou de nunca ter recebido o salário de R\$ 260 acertado por seu trabalho. Contou que Murillo Porto a impedia de denunciá-lo, dizendo que era um “importante assessor no Senado”.

Nem Murillo Porto nem o seu advogado, Cláudio Reis, quiseram dar entrevista. Mas a delegada adiantou que o casal permanecerá detido porque o crime de atentado violento ao pudor não é afiançável.